

ACESSIBILIDADE DE CRIANÇAS AUTISTAS EM AMBIENTES EDUCACIONAIS: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO SOBRE A INCLUSÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS NO ENSINO BÁSICO

ANTÔNIA PATRÍCIA FORTALEZA DE SOUSA¹

IRMA DANIELE FORTALEZA DE SOUSA²

RESUMO: O presente estudo traz uma abordagem sobre acessibilidade de crianças autistas em ambientes educacionais, onde o foco principal é a inclusão desses no ensino básico. Com as mudanças ocorridas ao longo da história das crianças autistas, estas passaram a ser consideradas como sendo “donos” de um transtorno global do desenvolvimento. Assim, a discussão sobre a inclusão de crianças autistas nas escolas, muito se intensificou nas últimas décadas no Brasil, este por sua vez encontra-se amparado por documentos legais, que nos últimos anos começaram a contemplar o direito à inclusão de pessoas com necessidades especiais nos âmbitos da educação, da saúde, do trabalho e da assistência. O desafio agora é incluí-las no ensino básico. O ato da inclusão, não deve significar simplesmente matricular o educando, mas também, assegurar ao professor e à escola o suporte necessário à sua ação pedagógica.

Palavras - chave: Autismo. Acessibilidade. Educação. Ensino Básico.

ABSTRACT: This study presents an approach to accessibility of autistic children in educational environments, where the main focus is the inclusion of basic education. With the changes that have occurred throughout the history of autistic children, these are now considered to be "owners" of a pervasive developmental disorder. So the discussion on the inclusion of autistic children in schools, much has intensified in recent decades in Brazil, this in turn is supported by legal documents, which in recent years began to consider the right to inclusion of people with special needs in the areas of education, health, work and care. The challenge now is to include them in basic education. The act of inclusion should not mean simply enroll the student, but also ensuring the teacher and school support needed for pedagogical action.

Keywords: Autism. Accessibility. Education. Basic Education.

¹ Pedagoga formada pelo Instituto Superior de Educação Programus – ISEPRO.
E-mail: Patysousa021@hotmail.com

² Assistente Social formada pelo Instituto Camillo Filho – ICF.
E-mail: Irmadanielle@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O tema da acessibilidade de crianças com autismo em ambientes educacionais, mas precisamente nas escolas de ensino básico, tem chamado à atenção de grandes autores e pesquisadores da área educacional. Sendo assim, é importante mencionar que qualquer proposta inclusiva de educação para portadores do autismo deverá ser feita dentro do âmbito escolar, devendo estar de acordo com as normas prescritas na Política Nacional de Educação Especial – PNEE, e em suas legislações vigentes.

Neste sentido, o autismo é considerado um transtorno global do desenvolvimento, uma síndrome comportamental de etiologias múltiplas pela dificuldade de interação social, de comunicação e de uma presença constante na falta de interesse em praticar atividades. As crianças autistas apresentam na maioria das vezes, vários sintomas como: Dificuldade de relacionamento com outras crianças; riso inapropriado; pouco ou nenhum contato visual; aparente insensibilidade à dor; preferência pela solidão; modos arredios; rotação de objetos; inapropriada fixação em objetos; ausência de resposta aos métodos normais de ensino; insistência em repetição e resistência à mudança de rotina; ecolalia; recusa colo ou afagos; age como se estivesse surdo; dificuldade em expressar necessidades (usa gesticular e apontar no lugar de palavras), dentre outros.

Vale ressaltar, que as crianças com autismo necessitam de cuidados especiais, inclusive no âmbito educacional, pois, é preciso trabalhar essa questão como um fato preponderante, para que assim os educadores e o ensino de aprendizagem possam fazer a diferença na vida dessas crianças. Com esse trabalho pretendemos contribuir para conhecimentos na área acadêmica, possibilitando a estudiosos trabalharem mais este objeto de estudo. Além do mais, visa possibilitar aos educadores, conhecer a realidade desses indivíduos que vem sofrendo diariamente a exclusão, para que assim possam contribuir com maior eficiência, eficácia e efetividade em sua atuação como profissional, visando resultados positivos em sala de aula.

1. UMA VISÃO CONCEITUAL E HISTÓRICA SOBRE AS CRIANÇAS AUTISTAS NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ao abordar o aspecto educativo de indivíduos portadores da Síndrome de Autismo, faz-se necessário, uma retrospectiva histórica, para que se entenda o contexto na qual está inserido. No Brasil, o atendimento às pessoas com algum tipo de deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos - ISM, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro.

No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff. Em 1961, o atendimento educacional às pessoas com algum tipo de deficiência passa a ser fundamentado pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 4.024/61, que aponta o direito à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino.

Em 1973, o Ministério da Educação - MEC cria o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, responsável pela gerência da educação especial no Brasil, que, sob a égide integracionista, impulsionou ações educacionais voltadas às pessoas com deficiência e às pessoas com superdotação, mas ainda configuradas por campanhas assistenciais e iniciativas isoladas do Estado. Segundo Pimentel (2000), somente em meados de 1942, o autismo foi definido como sendo um Distúrbio Autístico do Contato Afetivo, sendo entendido como um conjunto de sinais que intercala obsessividade, estereotípias, solidão, ecolalia dentre outras, visualizado como uma doença específica que estaria relacionada com os fenômenos da esquizofrenia. Nesse mesmo sentido Tamanaha, Chiari e Perissinoto (2008, p. 296) ressalva que:

O Autismo Infantil foi definido por Kanner, em 1943, sendo inicialmente denominado Distúrbio Autístico do Contato Afetivo, como uma condição com características comportamentais bastante específicas, tais como: perturbações das relações afetivas com o meio, solidão autística extrema, inabilidade no uso da linguagem para comunicação, presença de boas potencialidades cognitivas, aspecto físico aparentemente, normal, comportamentos ritualísticos, início precoce e incidência predominante no sexo masculino.

Ainda segundo Tamanaha, Chiari e Perissinoto (2008, p. 296-297) a abordagem do Autismo Infantil, proposta pelo autor, afirma que a distorção do modelo familiar também ocasionaria alterações no psicoafetivo da criança, sendo assim esta:

Proposição, (...) não deixou de assinalar que algum fator biológico, existente na criança, poderia estar envolvido, uma vez que as alterações comportamentais eram verificadas precocemente, o que dificultaria a aceitação puramente relacional.

Em 1956, o autismo é descrito como uma psicose onde pôde ser constatado que apesar de todos os exames clínicos e laboratoriais fornecidos na época, foram incapazes de relaciona-los a sua verdadeira etiologia. Vale ressaltar que, as primeiras mudanças ocorridas nas definições dessa síndrome foram ocorrer em 1976, quando Ritvo (1976) relaciona a o autismo a um déficit cognitivo, considerando-o não uma psicose e sim um distúrbio do desenvolvimento, fazendo relação com a deficiência mental. A partir da década de 80, o Autismo Infantil foi caracterizado por um desenvolvimento anormal ou alterado, sendo manifestado na criança antes dos três anos, apresentando perturbação do funcionamento nas áreas de interação social, comunicação e comportamento repetitivo.

É imperioso afirmar que, existem vários conceitos de autismo, porém nesse trabalho considera-se Síndrome do Autismo um transtorno global do desenvolvimento, uma síndrome comportamental de etiologias múltiplas pela dificuldade de interação social, de comunicação e de uma presença constante na falta de interesse em praticar atividades, sendo caracterizado por uma tríade de anomalias comportamentais, como a limitação ou ausência de comunicação verbal, falta de interação social e padrões de comportamento restritos, estereotipados e ritualizados.

É importante destacar que somente em 1994 com a declaração de Salamanca é que podemos identificar melhor, os princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais que orientam a Educação Inclusiva, onde afirma que:

Cada criança tem o direito fundamental à educação e deve ter a oportunidade de conseguir e manter um nível aceitável de aprendizagem; Cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprias; Os sistemas de educação devem ser planejados e os programas educativos implementados tendo em vista a vasta diversidade destas características e necessidades; As crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas se devem

adequar através duma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades;

As escolas regulares, seguindo esta orientação inclusiva, constituem os meios mais eficazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos; além disso, proporcionam uma educação adequada á maioria das crianças e promovem a eficiência, numa óptima relação custo qualidade, de todo o sistema educativo. (UNESCO, 1994, p. 08 - 09)

Atrevo-me a afirmar que apesar da educação ser direito de todos (igualdade de todos perante a lei), está longe de se alcançar à democracia social e a igualdade de oportunidades para aqueles (as) que necessitam de uma atenção especial do Estado, sociedade e família. Portanto necessitamos de políticas publicas mais eficazes, que venham de fato, suprir as necessidades especiais desses indivíduos, que vem sendo marginalizado pela sociedade.

2. O QUE É NECESSÁRIO PARA INCLUSÃO NA ESCOLA DE ENSINO BÁSICO

Atualmente tanto as escolas públicas e privadas que trabalham com alunos autistas, vive um grande desafio: como incluí-los no ensino básico. O ato da inclusão, não deve significar simplesmente matricular o educando, mas também, assegurar ao professor e à escola o suporte necessário à sua ação pedagógica. Conforme Linhares (2005), essa proposta implica em uma nova postura da escola comum que deverá propor, não só projeto pedagógico, mais também, no currículo, na metodologia de ensino, na avaliação e na atitude dos educadores, ações que venha ser favoráveis a integração social e a opção dos agentes educativos por práticas heterogêneas e atentas à diversidade existente na escola.

Segundo Stenberg (2000), citado por Carvalho (2015) diante de diferentes percepções, que é a diversidade, cabe reconhecermos que é indispensável um trabalho de preparação do corpo docente para receber e trabalhar com os alunos que possuem necessidades especiais. Considerando que existe a necessidade de qualificação e ampliação do conhecimento desses profissionais em relação às condições específicas de cada criança. É correto afirmar, que o governo deveria proporcionar qualificação especial, aos professores, técnicos e demais profissionais que trabalham na educação, visando assim, assistência e atendimento adequado ao individuo necessidades educacionais especiais. O que é necessário, então, para que haja a inclusão nas escolas de ensino básico? Segundo Linhares (2005, p.01) esse processo de inclusão envolverá, portanto:

A reestruturação das culturas, das políticas e das práticas de nossas escolas que, como sistemas abertos, precisam rever suas ações, até então predominantemente excludentes. No entanto, tal processo vem ocorrendo gradativamente e exigindo novas discussões, estruturas e adequações. É algo possível, viável, mas que exige pensar, querer e encarar o árduo caminho para mudar. Cabe também ressaltar que, nos últimos anos, essa postura vem sendo progressivamente buscada e começa ser alcançada como resultado de um aumento expressivo de estudos na área e da aprovação de legislações, voltadas para assegurar direitos e disciplinar o atendimento dessa clientela. Em consequência disso, o aluno com necessidades educacionais especiais está sendo mais facilmente aceito nas escolas e começa a ser considerado como pessoa que apresenta ritmos, características, aprendizagens e emoções, às vezes diferenciadas, requerendo apenas um novo olhar e um novo direcionamento da escola.

É certo que nesse processo, o educador, não poderá agir isoladamente. Ele requer assistência tanto da escola na maneira de organizar-se, como também precisa de apoio da família e da sociedade no que se refere à criação de condições de reflexividade-crítica individuais e coletivas. Essa mudança deverá ocorrer de forma conjunta para que haja efetividade em suas ações educativas e inclusivas. Desse modo, estimula-se a formação de um cidadão participativo e responsável, diante das demandas da sociedade.

Em seus estudos sobre a educação integrada, Martin (1996), considera que a escola inclusiva necessita de outras medidas que também são de grande importância para este processo, que segundo ele é a redução do número de alunos por turma, a estruturação de um serviço sistemático de apoio especializado ao docente regular, um trabalho de orientação e de acompanhamento permanente com os pais e uma campanha de educação comunitária intensa voltada para a conscientização acerca da problemática da inclusão de crianças autistas ou mesmo, crianças com necessidades educacionais especiais nas escolas de ensino básico.

Linhares (2005) acrescentaria ainda, a questão do planejamento da ação e educativa do professor. Devendo o docente participar de todas estas ações, opinando e discutindo o planejamento em todas as suas fases de elaboração, execução e avaliação de todas essas etapas. Exigindo assim, decisões e ações pedagógicas compartilhadas entre profissionais atuantes da mesma área, juntamente com pais e alunos. Vale ressaltar que, o currículo deve servir como roteiro ao professor e deve ser flexível e modificado de acordo com as aprendizagens individuais e específicas de cada aluno.

Enfim, nesse processo de inclusão de crianças autistas ou mesmo de crianças com necessidades educacionais especiais nas escolas de ensino básico, é preciso que haja

mudanças significativas a favor desses indivíduos tais como avaliar interesses, motivações, potencialidades, necessidades acadêmicas, habilidades, dentre outras, como também é indispensável uma nova estrutura organizacional e adequação nas escolas, para esse segmento. Precisa-se ainda de profissionais habilitados que venham responder com satisfação esse público que há muito tempo vem sendo excluído do meio educacional.

3. UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MÉTODOS NECESSÁRIOS PARA INCLUSÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS NO ENSINO BÁSICO

Diariamente, nos deparamos com as mudanças ocorridas ao nosso meio, dentre elas, nos deparamos com o conhecimento. Este por sua vez, é algo que se encontra em constante transformação, revisão e superação. No campo da educação especial, este nos oferta descobertas e inovações trazidas pela ciência e a tecnologia, abrindo continuamente novas possibilidades, cobrando aos profissionais, investigação e a abertura para o novo. E, nessa tarefa não basta atribuir um novo papel a um aluno. É preciso que conheçamos para que possamos fornecer-lhes os recursos necessários, direcionando um caminho que será posto em prática suas tentativas, ajudando-o a adquirir os saberes e as habilidades sem as quais fracassariam.

Segundo Meirieu (2002) é preciso dar-lhe o direito de escrever a sua história, com suas próprias mãos. É importante e indispensável, que o professor use todos os recursos disponíveis para ensinar, como por exemplo, computadores, livros, músicas, brincadeiras, como os jogos. O computador por sua vez, é muito útil, quando utilizamos de forma associativa aos jogos pedagógicos, à cola, à tesoura, ao lápis de cor, à massinha de modelar, as bolas, aos balanços de integração sensorial e tantos outros materiais que favorecem o desenvolvimento da criança autista no seu processo de aprendizagem. Assim, Kovatli et al (2003, p. 42) enfatiza que:

O computador permite a criação de ambientes de aprendizagem adequados ao desenvolvimento das potencialidades de crianças com dificuldades de aprendizagem. Nesses ambientes é possível criar situações que propiciem o desenvolvimento intelectual, social e afetivo dos indivíduos com necessidades especiais. É importante ressaltar que toda criança, principalmente aquelas que têm necessidades educacionais especiais, necessitam de um processo que haja tentativas e erro, e o computador favorece esse processo, ele não se cansa.

Ferreira (2000), afirma que os recursos de multimídia, como o som, imagem e texto, possibilitam ao aluno autista, um contato com informações de forma mais

Revista Fundamentos, V.2, n.2, 2015. Revista do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Federal do Piauí. ISSN 2317-2754

interessante, existindo a possibilidade da criança descobrir coisas novas, através da curiosidade. Isso permite ainda, uma produção de materiais que apresentem uma beleza maior, que o autista não conseguiria elaborar sem os recursos da informática. Assim, Santos et al (2015), afirma que por causa da habilidade visual de muitos autistas, é que estes tornam-se bons artistas, desenhistas e programadores de computadores.

O livro também pode ser utilizado como forma de inclusão, e como meio facilitador de aprendizagem. Segundo o MEC (2015), o livro nos oportuniza o prazer de ler, e as crianças aprendem melhor, pronunciam melhor as palavras e se comunicam melhor de forma geral. Por meio da leitura, a criança desenvolve a criatividade, a imaginação e adquire cultura, conhecimentos e valores. Além disso, a criança autista passa a ser estimulada por professores e por seus próprios pensamentos, tendo a oportunidade de ampliar seus horizontes e levar a imaginação além daquela história escrita no livro.

Juhlin (2012), afirma que as crianças com necessidades educacionais especiais obtêm o desenvolvimento da leitura e da escrita da mesma forma que outras crianças ditas normais, quando estimuladas adequadamente. As brincadeiras envolvendo jogos é outro método muito significativo, quando se trata de ensino a crianças autistas. Esse método pode ser utilizado como uma técnica educativa em casa e também na escola.

Segundo Ischkanian (2015), os jogos no processo de ensino e aprendizagem, de um autista tornam-se bem mais significativos e bastante dinâmicos, permitindo que o aluno aprenda divertindo-se, além de interagir com os outros colegas. Os jogos devem ser algo que mantenha o aluno atento, como por exemplo, os jogos de tabuleiro, quebra-cabeça, jogo da memória e imitações de sons ou movimentos do professor ou da turma, o objetivo maior é que, sempre que possível e mesmo com trabalhos e jogos diferente, o aluno esteja participando e interagindo com os demais.

Outra forma de interação e aprendizado para crianças autistas, é a música. Esta que por sua vez, faz parte constante das nossas vidas. Ouvimos canções diariamente, e não é diferente com a criança autista, pois desde pequenos, ouvem musicas cantada pelas suas mães. Mais como utilizá-la em sala de aula? Segundo Senra (2014, p. 01):

Uma maneira de se utilizar a canção para estimular o desenvolvimento de crianças com TEA que se interessam por música, é esperar que ela faça contato ocular para iniciar a cantiga e se manter cantando enquanto a criança se

mantiver na interação através do contato ocular. Caso ela se disperse, podemos parar a canção e continuá-la quando a criança novamente retomar a interação social, olhando novamente. Isso torna a música, cada vez mais, um contexto de interação social, aumentando a chance da criança ver o contato ocular como algo agradável e passar a olhar mais também em outros contextos.

Além de ser um instrumento de interação, a música pode ser utilizada ainda, como rotineira, facilitando a adesão da criança em outras atividades. As canções podem servir de brincadeiras de rodas e de danças, reforçando sempre a interação, que é essencial para nossa formação como ser humano. É necessário observarmos os interesses das crianças autistas, e utilizemos esses métodos como motivadores para facilitar a sua aprendizagem.

É necessário, que penetremos no mundo autista para entendermos como esta criança poderá aprender, facilitando seu processo de aprendizado. Para muitas destas crianças o estímulo auditivo, visual ou tátil pode ser muito reforçador e controla o comportamento de atenção da criança durante as atividades. Em seguida, foram mencionadas algumas dicas e objetivos que devem ser usada na Comunicação Alternativa e Ampliada – CAA, como forma de ensino, sugerida pela TA. A TA, sugere que o professor desenvolva recursos de baixo custo, como por exemplo, utilizar figuras recolhidas de diferentes fontes, como da internet, revistas, panfletos entre outros, bem como materiais pedagógicos disponíveis em toda escola, com imagens funcionais, sendo estas utilizadas como recurso enriquecedor da educação inclusiva.

Alguns métodos podem ser utilizados no processo de aprendizagem com crianças autistas, como: Adaptação do espaço físico. Acreditando e investindo na construção de um canal de comunicação eficaz, desde que o mediador tenha paciência e perseverança. Segundo a TA, o objetivo é facilitar seu desenvolvimento, sua comunicação e acesso a materiais específicos que o mesmo necessita utilizar; trabalhar em conjunto com equipe especializada, buscando atender as necessidades dos casos mais graves; propiciar apoio técnico, material e humano, para que sejam supridas as dificuldades especiais; prover recurso de TA, melhorando as possibilidades de autonomia e comunicação; utilizar abordagem multissensorial, usando as atividades com cores contrastantes dentre outras. (Instituto de Tecnologia social, 2008).

4. OS DESAFIOS DE INCLUIR CRIANÇAS AUTISTAS NO ÂMBITO ESCOLAR

A inclusão de crianças autistas no âmbito escolar, enquanto paradigma educacional tem como objetivo a construção de uma escola acolhedora, onde não existam critérios ou exigências de natureza alguma, nem mecanismos de seleção ou discriminação para o acesso e a permanência com sucesso de todos os alunos.

Beyer (2006) problematiza o efeito de ambientes segregados para a socialização e desenvolvimento cognitivo desses sujeitos. A grande dificuldade que encontramos nas escolas especiais deve-se à limitação no horizonte social das crianças com necessidades especiais. Enquanto estas precisariam da convivência com crianças com condições cognitivas e sócio-afetivas diferenciadas das suas, vêm-se, através das situações pedagógicas e sociais correspondentes, atreladas a um modelo limitado de interação.

A criança com espectro de autismo necessita da convivência com outras crianças ditas normais, pois apesar das suas fragilidades e dificuldades em seu desenvolvimento social, possui outras potencialidades e especificidades que vão além do diagnóstico que recebem, e que podem ser descobertas no momento do brincar com o outro. Além do mais, inserir o autista na sala de aula é a melhor forma de estimular as suas capacidades, e possibilita as outras crianças da turma aprenderem a lidar com as diferenças e torarem-se adultos com menos preconceitos.

Segundo Lopes (2011), é perceptível que a maioria das crianças autistas que estão nas escolas, possui algum tipo de dificuldades de aprendizagem, dificultando ainda mais a inclusão dessa criança no âmbito educacional, pois o nosso país, ainda não são difundidas abordagens pedagógicas possíveis de serem realizadas em uma turma de ensino básico, onde possui crianças autistas. Essa dificuldade apresentada deveria ser observada e adaptada em nosso conteúdo, aplicando uma metodologia nova e válida, que funcione para aquela determinada criança, que foi para a escola com o objetivo de aprender. Outro desafio a ser considerado é a convivência de alunos autistas, pois, para os professores, é preciso melhorar a maneira de se comunicar e intermediar a interação do aluno com os demais.

A dificuldade sentida é aproximar-se desse aluno e conseguir que ele aprenda pelas vias de aprendizado e comunicação usual entre os demais. Outra dificuldade

encontrada é a permanência desses alunos em sala de aula, pois segundo Lopes (2011, p. 09):

Estudos demonstram que alunos autistas incluídos em classe regular apresentam disparidade idade-série e passam menos tempo em sala de aula: entre 50% e 60% apresentavam idade cronológica não correspondente às etapas; e entre 40% e 60% dos alunos não permaneciam em sala de aula durante todo tempo de aula.

Vale frisar que, são muitas as instituições de ensino que tentam implantar a proposta da inclusão, desde a sua defasagem na capacitação profissional de seus membros, para que assim, possam atender satisfatoriamente essa população, até a perspectiva de futuro e a visão das capacidades que pais e professores têm destes alunos. Porém, essas são minorias, diante de muitas que deveriam ter aderido à inclusão como esta prevista nas legislações vigentes. Na maioria das vezes essas crianças autistas, acabam sendo incluídas apenas fisicamente, e não socialmente ou emocionalmente.

Em outros casos, o diagnóstico comprovado de autismo, faz com que muitos professores tenham pré-conceitos daquela criança. Vendo-a como incapaz e insensível; nesses casos, os pais por sua vez, frustram-se em considerar esse fato, como impedimento para seus planos prévios, dificultando ainda mais o que já é difícil. Nesses casos, só haverá a inclusão quando a família detalhar todos os sintomas apresentados pela criança autista e informar a instituição de ensino a respeito deles. Esta, por sua vez, deve contar com as metodologias adequadas para ajudar a criança a suprir suas deficiências.

Segundo Maciel (2014, p. 01) o desafio não está somente nas características do autista ou no diálogo entre família e educador, este se encontra ainda na:

Viabilização financeira dos métodos especializados de ensino também é um problema. Por meio deles, é possível reduzir a incidência de comportamentos inadequados e ajudar o autista na organização do seu dia a dia, bem como na tarefa de se comunicar com os outros e de ingressar em qualquer espaço. No entanto, são metodologias caras e de serem implantadas. Além de serem necessários profissionais qualificados, o que ainda é um pequeno número no país.

É necessário ainda, um plano de ensino que respeite a capacidade de cada aluno e que proponha atividades diversificadas para todos e considere o conhecimento que cada aluno traz para a escola, pois, é comum, que professores e pais, se surpreendam com as evoluções alcançadas por crianças autistas no meio educacional. O professor, ou profissionais da educação que trabalham com a criança autista, terá desafios contundentes,

dentre os quais, o de lidar com a questão do tempo e a sua articulação com a emergência do sujeito. Além disso, a falta de conhecimento e habilidade para determinado caso diminuirá as expectativas de interação entre professor e aluno.

Enfim, é correto afirmar que a presença do aluno autista em sala de aula, é um desafio. Pois para o professor é dificultoso compreendê-lo. Porém, é indispensável que o educador, faça observações constantes, aprendizagens contínuas e, a cada dia, incertezas que nos instigam a buscar novos meios de ensinar e aprender com ele. A aprendizagem acontece de forma lenta, mas que as tornam extremamente significantes, no decorrer da caminhada. Conhecer suas limitações nas áreas específicas do conhecimento também é preciso, no sentido em que precisamos priorizar às suas potencialidades, estabelecendo objetivos e metodologias mais eficazes e flexíveis, que variem de acordo com a necessidade de cada aluno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre acessibilidade de crianças especiais em ambientes educacionais, com ênfase na inclusão de crianças autistas no ensino básico, trouxe significativas reflexões sobre o tema, permitindo assim uma maior compreensão sobre o mesmo, sendo possível detectar uma realidade diferenciada do que a lei assegura, porém, podemos constatar que é de suma importância que as crianças autistas frequentem a escola, visto que é um direito de todos.

Somente em 1961, foi possível o atendimento educacional às crianças autistas. Sendo fundamentada por a Lei nº 4.024/61 – LDBEN, que aponta o direito dos —excepcionais à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino, assim vieram surgir mais legislações a favor dessa população, como por exemplo, a LDB, o ECA, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência que trata sobre a Educação Especial, assim como também temos a Constituição Federal, e vários Decretos a favor da educação inclusiva.

Em relação ao autismo, este foi considerado como sendo, uma síndrome comportamental de etiologias múltiplas pela dificuldade de interação social, de comunicação e de uma presença constante na falta de interesse em praticar atividades,

sendo caracterizado por uma tríade de anomalias comportamentais, como a limitação ou ausência de comunicação verbal, falta de interação social e padrões de comportamento restritos, estereotipados e ritualizados.

Foi possível perceber que as propostas metodológicas de ensino para crianças autistas tendem a variar conforme suas necessidades, cada criança precisa de um atendimento diferenciado, visto que possuem singularidades diferenciadas. É certo que o professor deve respeitar suas limitações, mas deve também propor atividades incentivadoras promovendo estímulos e quem sabe, sua superação.

Entendemos que o professor deve estar sempre em busca de novos conhecimentos e se aperfeiçoando para que assim possa ter habilidade de repassar seu conhecimento ao alunado de forma que estes compreendam a didática, assim, como também é necessário que o educador, tenha sabedoria de fazer com que o autista sinta-se confortável e confiante no ambiente escolar. Assim, o professor não deve apenas se prender às habilidades que estas crianças têm para promover suas aulas, criando possibilidades significativas de estimular novas habilidades que a criança autista possui.

Podemos afirmar que o trabalho de inclusão de crianças autistas é um desafio enorme, considerado como sendo uma luta diária pelos direitos da diversidade. Nesse sentido, necessitamos de apoio de órgãos governamentais que implantem políticas públicas de qualidade e efetiva, que não seja válida apenas na escola, mais sim, em todo meio social. Atrevo-me a afirmar que apesar da educação ser direito de todos (igualdade de todos perante a lei), está longe de se alcançar à democracia social e a igualdade de oportunidades para aqueles que necessitam de uma atenção especial do Estado, sociedade e família. Portanto necessitamos de políticas públicas mais eficazes, que venham de fato, suprir as necessidades especiais desses indivíduos, que vem sendo excluído do meio educacional.

Sendo assim, é preciso que a escola seja um ambiente inclusivo e propício para o acesso da pessoa autista, é necessário que os profissionais responsáveis pela educação na escola, saibam lidar com as diferenças de cada criança. Enfim, o mais importante nesse trabalho é que todos saibam que já nascemos com características diferenciadas uma das outras e não podemos de certa forma, ser culpados por não sermos

iguais. O respeito e a aceitação deveriam ser pilares insubstituíveis na vida de cada ser humano, para que assim, se tornasse mais leve o fardo de quem nasce diferente.

Conclui-se que ainda há muito a ser feito pela educação inclusiva do nosso país, não sendo preciso buscar, experimentar e construir um novo caminho. Afinal somos parte da totalidade e, quando uma parte do todo se move, de alguma forma, o todo também se move, e, assim, iremos fazendo a revolução, que nada mais é do que o próprio caminho da história, lutando sempre pelo futuro do nosso país, que são nossas crianças.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Carlos Lucena de; CARVALHO, Maria Gicélia de; MORAIS, Aristeu; ORSATI, Fernanda. **Incluindo o aluno com autismo na classe regular**: uma experiência bem sucedida com o método da Comunicação. Disponível em: <[Facilitadahttp://www.rbtv.associadosdainclusao.com.br/index.php/principal/article/view/Article/130](http://www.rbtv.associadosdainclusao.com.br/index.php/principal/article/view/Article/130)>. Acesso em: 18 de Agosto de 2015.

ARNS, F. **Acessibilidade**. Decreto nº 5.296/2004. Lei nº 10.048/2000. Lei nº 10.098/2000. Brasília, 2005.

ASSUMPTÃO, Francisco; PIMENTEL, Ana Cristina. **Autismo infantil**. Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Revista Brasileira Psiquiatria. São Paulo, 2000.

BAPTISTA, Cláudio Roberto e ROSA, Cleonice (orgs). **Reflexões e projetos de intervenção**. Porto Alegre. Artmed, 2002.

BASÍLIO, Ana; MOREIRA, Jéssica. **Autismo e escola**: os desafios e a necessidade da inclusão. Centro de Referência em Educação Integral. 2014. Disponível em: <<http://educacaointegral.org.br/noticias/autismo-escola-os-desafios-necessidade-da-inclusao/>>. Acesso em 14 de Agosto de 2015.

BAPTISTA, C. R. **Integração e autismo**: análise de um percurso integrado. In: BAPTISTA, C. R. & BOSA, C. (orgs) Autismo e educação: reflexões e propostas de intervenção. Posto Alegre: Artmed, 2002. p.127 – 144.

BAPTISTA, C. R. & OLIVEIRA, A. C. **Lobos e médicos**: primórdio na educação do diferente. In: BAPTISTA, C. R. & BOSA, C. (orgs) Autismo e educação: reflexões e propostas de intervenção. Posto Alegre: Artmed, 2002. p.93 – 109.

BEYER, H.O. Por uma epistemologia das crianças com necessidades especiais. In: **Inclusão: Revista da Educação Especial**. V2. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2006.

BERSCH, Rita; SARTORETTO Mara Lúcia. **Assistiva, tecnologia e educação**. Porto Alegre, 2014. Disponível em:< <http://www.assistiva.com.br/index.html>>. Acesso em: 15 de Julho de 2015.

BERSCH, R.R. **Introdução a Tecnologia Assistiva. Tecnologia e educação**: Porto Alegre, 2013.

BRASIL. **Decreto nº. 5.296 de 2 de dezembro de 2004 – DOU de 3/12/2004**.

BRASIL. Ministério da Educação. **Experiências Educacionais Inclusivas Programa Educação Inclusiva**: direito à diversidade. Brasília - DF, 2006.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República - SDHPR. **Comitê de Ajudas Técnicas – ATA VII**: 2007.

BRASIL/MEC. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9394/96, de 20.12.1996 (Lei Darcy Ribeiro) – **Plano nacional de educação**: Lei nº 10.172, de 10 de janeiro de 2001 e legislação correlata e complementar/supervisão editorial Jair Lot Vieira. 2ª ed. revista, atualizada e ampliada. Bauru, SP: EDIPRO, 2001 (Série Legislação).

CARVALHO, A, C, S; TEIXEIRA, S, M, O; NEGREIROS, F. **Entre o discurso e a ação**: a inclusão escolar sob a ótica dos professores no Piauí. Disponível em:<http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/GT.11/GT_11_09_2010.pdf>. Acesso em: 12 de Agosto de 2015.

O computador na escola. Disponível em:< <http://uol.com.br/images/univtool.map.2000>>. Acesso em: 15 de Agosto de 2015.

Inclusão. Disponível em:< <http://www.dicionariodoaurelio.com>>. Acesso em: 18 de Agosto de 2015.

JUHLIN, Vera. **Alfabetizando Crianças com Autismo**. Revista autismo informação gerando ação. 2012. Disponível em:< <http://www.revistaautismo.com.br/educacao-2/alfabetizando-criancas-com-autismo>>. Acesso em: 16 de Agosto de 2015.

KOVALTI, Marilei de Fátima. **Estratégias para estabelecer a interação da criança com autismo e o computador**. Universidade de Santa Catarina, Florianópolis. 2003.

LOPES, Juliana Crespo. **A formação de professores para a inclusão escolar de estudantes autistas: contribuições psicopedagógicas**. 2011. 44 f. Monografia (Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional) Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

MACEDO, E. C.; ORSATI, F. Comunicação Alternativa. In: SCHWARTZMAN, J. S.; ARAÚJO, C. A. (Coord.). **Transtornos do Espectro do Autismo - TEA**. São Paulo: Menmon, 2011. Cap. 18.

MINETTO, M. F. **Currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio**. 2 ed. Ver. Atual ampliada. Curitiba: Ibplex, 2008.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Tradução Wndyz Brazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2003.

PAULON, Simone Mainieri; FREITAS, Lia; PINHO, Gerson Smiech. **Documento subsidiário à política de Inclusão**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

PASSONI, I. R.; GARCIA, J.C.D. **Tecnologia Assistiva nas Escolas**. Recursos básicos de acessibilidade sócio-digital para pessoas com deficiência. São Paulo: Instituto de Tecnologia Social; Microsoft, Educação, 2008.

SANTOS, Adriano dos; BISPO, Márcia; PINHEIRO, Naiani Silva, SANTANA, Tainá Oliveira. **Metodologias de ensino para crianças autistas: superando limitações em busca da inclusão**. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/Trabalho_Comunicacao_oral_idinscrito_1695_ee8a90ab371b8e7be05bf467184f1ded.pdf>. Acesso em: 15 de Agosto de 2015.

SENRA, Michele. **Muitas crianças com autismo amam música: como aproveitar esse ponto forte**. Disponível em:< <https://musicautista.wordpress.com/2014/12/30/muitas-criancas-com-autismo-amam-musica-como-aproveitar-esse-ponto-forte/>>. Acesso em 16 de Agosto de 2015.

SILVA, Marco Paulo da. **Adaptações curriculares**: uma necessidade na escola inclusiva. 2013. 34 f. Monografia (Especialização em Coordenação Pedagógica) Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

ORRÚ, Sílvia Ester. **A formação de professores e a educação de autistas**. Disponível em: <<http://www.rieoei.org/deloslectores/391Orru.pdf>>. Acesso em 14 de Agosto de 2015.

Artigo revisado pelas autoras